

## **OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DA UNILAB MALÊS: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Roseane Abraão Do Sacramento<sup>1</sup>  
Daniel De Lucca Reis Costa<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Desde os anos 1950, a economia de São Francisco do Conde passou a se estruturar em torno da exploração de petróleo, deixando para trás os 400 anos de produção regional voltada quase exclusivamente para a cana de açúcar. Esta reestruturação econômica trouxe importantes mudanças: alterando os padrões locais de mobilidade social, consumo e comportamento; gerando novas disputas socioambientais e pelo uso da terra; aumentando consideravelmente a receita da prefeitura (via ICMS); e produzindo uma forte dependência econômica do município em função do petróleo e serviços adjacentes. Mas no início do século XXI o cenário transformou-se. Com a baixa do preço dos hidrocarbonetos (iniciada em 2008) e o recente desmonte da Petrobras, bem como a venda da refinaria Landulpho Alves (iniciada no governo Temer), a receita da prefeitura tem decrescido visivelmente, diminuindo a capacidade de investimento público, encolhendo o mercado de trabalho local e gerando maior empobrecimento da população. Considerando o atual contexto de recessão econômica e acirramento dos conflitos, na vida política e cotidiana, é que este projeto de extensão tem como objetivo compreender, qualificar e fortalecer as práticas ligadas aos Direitos Humanos em São Francisco do Conde.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos Experiências Pandemia .

---

UNILAB, Campus dos Malês, Discente, [roseaneunilab@hotmail.com](mailto:roseaneunilab@hotmail.com)<sup>1</sup>  
UNILAB, Campus dos Malês, Docente, [dandelucca@unilab.edu.br](mailto:dandelucca@unilab.edu.br)<sup>2</sup>



## INTRODUÇÃO

São Francisco do Conde, a 70 km da rodovia de Salvador, situa-se numa região cuja formação urbana remonta os primórdios da colonização portuguesa nas Américas. Marcada, durante 400 anos, pela exploração da mão de obra escravizada, pelo latifúndio e pela monocultura da cana de açúcar, o Recôncavo Baiano perdeu muito do seu dinamismo econômico nos séculos XIX e XX. A partir de 1950, com a instalação de poços e refinarias de petróleo na região, as relações de trabalho no Recôncavo foram reorganizadas em função desta nova mercadoria global. Milton Santos chegou a analisar as diversas atividades desenvolvidas no território, tais como a pecuária extensiva, o corte de madeira, a produção fumageira, a indústria têxtil, além do corte de cana de açúcar, sinalizando para aspectos específicos da história e a ocupação diversificada do Recôncavo. Contudo o geógrafo baiano destacou o papel absolutamente central, na economia regional, desenvolvido pelas usinas açucareiras (Santos, 1998). Tal papel, a partir da segunda metade do século XX, passou a ser substituído pela produção petrolífera.

Vemos então como, desde sua formação como região, o Recôncavo Baiano esteve sempre conectado à periferia do sistema capitalista mundial e produziu centralmente, pelo menos, duas importantes commodities do mercado global: o açúcar e o petróleo. A produção destes bens acabou por estruturar quase toda economia regional. Em fins do século XX, o município de São Francisco chegou a possuir um dos pólos petroquímicos mais importantes da América Latina, sendo detentor de uma das primeiras refinarias do Brasil e possuindo um dos maiores PIBs per capita da América do Sul. A instalação de projetos de extração petrolífera na região permitiu o aumento da arrecadação ICMS do município, aquecendo a economia local e gerando uma forte dependência econômica do setor, além de induzir novos conflitos sócio-ambientais e pelo uso da terra com a comunidade quilombola de Dom João.

Em termos geográficos, a cidade se encontra numa espécie de “fim de linha” da rede urbana regional. Na trama de rodovias do Recôncavo, o município não situa-se no meio do caminho entre dois aglomerados, mas no término de uma estrada que leva à orla. Assim, ele não constitui espaço de interdição e para sair da cidade, precisamos voltar pelo mesmo caminho que viemos. Isso marca um relativo isolamento geográfico em comparação a outras cidades da região. Também sua particular natureza sócio-espacial pode ser chamada de “rururbana” (do inglês, rururban), visto que historicamente São Francisco do Conde sempre teve uma relação muito intensa com a capital e outras cidade vizinhas, ao mesmo tempo em que dependia das atividades agrícolas desenvolvidas em suas terras (Brandão, 1998). Ainda hoje esta proximidade entre cidade e campo é visível a olho nú, seja no gado que permanentemente atravessa a rodovia e se serve do pasto que cerca a cidade, também nas galinhas e porcos que vivem soltos nos quintais de algumas casas, também nos cavaleiros que perfilam montados nas ruas e praças públicas, além das plantações e cultivos variados que podem ser vistas na paisagem ao redor da cidade. Em São Francisco do Conde, práticas urbanas e rurais coabitam o mesmo espaço.

De fato, o estabelecimento da Petrobrás, e em especial da refinaria Landulpho Alves no município, promoveu uma profunda transição do mundo social do açúcar para o mundo do petróleo, deixando um passado de cariz agro-colonial em direção a uma prometida modernidade periférica com elementos industriais. Com o incremento do trabalho formal, devido às contratações do setor, a população local ampliou seu consumo e incorporou mercadorias, valores e ideias “de fora”, projetando a vida franciscana em universos mais amplos



de referências. O petróleo significou uma maior masculinização do mercado de trabalho, principalmente nos anos iniciais, quando se contratava apenas homens para trabalharem na construção de estradas e plataformas, num trabalho de alta periculosidade, levando a inúmeras mortes. Tal fato, impactou a vida das famílias, transformando muitas mulheres agricultoras em donas-de-casa, mantendo os homens mais distantes do lar e permitindo aquisição de “segundas esposas” e até mesmo a constituição de “segundas famílias”.

Pela primeira vez na história da cidade, as prefeituras deixaram de ser monopolizadas pelos donos de açúcar e seus representantes para se transformarem, a partir de então, em cintos de transmissão dos interesses da Petrobrás no território (Sansone, 2005-2006). No fim do século XX, o maior investimento da prefeitura em serviços públicos produziu um aumento na escolaridade local e fez os habitantes elaborarem novas demandas de cidadania, com o crescente reconhecimento e reclamação de novos direitos. Hoje a maior parte da população empregada na cidade vive basicamente do serviço público, ou seja, trabalha e depende da carregada burocracia do município. O funcionalismo público municipal é, atualmente, a principal fonte de contratação local. Paradoxalmente São Francisco do Conde chegou a ser um dos primeiros municípios em termos de riqueza por habitante, e ao mesmo tempo que permaneceu como um campeão em termos de baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Os royalties do petróleo produziram, nas palavras de Lívio Sansone, “um município milionário e montes de gentes pobre” (Sansone, 2006).

No entanto, nos últimos dez anos esta dinâmica local tem apresentado mudanças significativas. Com a queda internacional do preço dos hidrocarbonetos (iniciada com a crise de 2008), o recente desmonte da Petrobras e a venda da refinaria Landulpho Alves (iniciada com o governo Temer), a receita do governo local tem decrescido visivelmente, diminuindo a capacidade de investimento público, gerando uma nova crise no mundo do trabalho e o maior empobrecimento da cidade. Parte considerável da população vive de rendas e pensões, e muitos jovens continuam a habitar a casa dos pais sem conseguirem se inserir no mercado. O município tem apresentado um crescimento demográfico acelerado, com sua população estimada em 71.314 habitantes, segundo informações do SEPLAN (Secretaria Municipal de Planejamento), afetando o aumento do número de atendimentos em postos de saúde e hospital, também a quantidade de lixo produzido por domicílio, além de problemas no fornecimento de água, entre outros fatores que passaram a interferir diretamente na receita da Prefeitura. O presente projeto de extensão pretende compreender, qualificar e fortalecer as práticas de Direitos Humanos no município tendo em consideração, sobretudo, estas recentes transformações e o atual contexto vivido no município.

A própria criação da UNILAB, em 2014, também promoveu novas dinâmicas locais: trazendo pessoas de fora, nacionais e estrangeiros; oferecendo formação no ensino superior; travando relações com a política municipal; sobrecarregando os serviços públicos locais; aquecendo setores da economia, em especial o mercado imobiliário informal; e também colocando novos desafios para a segurança pública, visto que muitos estudantes, professores e técnicos passaram a ser vistos como alvos potenciais de assaltos. Este é um possível eixo aprofundamento do Observatório dos Direitos Humanos, identificando e registrando violências sofridas por membros da UNILAB na cidade.

Além da segurança pública, outro tema importante de reflexão e ação no campo dos Direitos Humanos na cidade é a violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTI. Sexismo, misoginia e homofobia constituem práticas consideradas corriqueiras e “normais” na cidade, um tema sensível no município, mais



ainda muito pouco discutido, seja na prefeitura, seja nas escolas, seja nos meios de comunicação locais. Professores e diretores da rede de escolas públicas do município também já desmonstraram, mais de uma vez, interesse e demanda por atividades de educação em Direitos Humanos nos ambientes escolares. Tal fato coloca os espaços do ensino médio, como um propício ambiente para o desenvolvimento de ciclos de discussões e oficinas educativas ligadas aos Direitos Humanos, sobretudo tangenciando questões caras à juventude, tais como perspectivas futuras de trabalho e estudo, também sexualidade, direitos reprodutivos, tolerância religiosa, política de drogas, racismo e sistema prisional. No campo da violência política, um importante ponto de tensão no município é a disputa entre o poder público e a comunidade quilombola Dom João. Neste caso a luta pelo uso das terras também constituem conflitos sócio-ambientais, na medida em que participam da disputa em torno da definição da “natureza”, pensada como um recurso econômico ou como vida e fonte de biodiversidade.

## METODOLOGIA

O método empregado neste projeto de extensão permite que os integrantes do grupo busquem e usem soluções criativas no encaminhamento de problemas, ao contrário da aplicação rígida da lei. E, neste processo, os envolvidos desenvolvem não apenas suas capacidades cognitivas, mas também aprendem a lidar com as respostas afetivas e emocionais resultantes dos desafios e das questões concretas apresentadas.

Assim, o tipo de abordagem aqui proposto, interdisciplinar e participativo, privilegia o diálogo entre saberes jurídicos e diferentes concepções de justiça, também o intercâmbio de estratégias pedagógicas, a troca de técnicas comunicacionais e conhecimentos práticos ligados aos Direitos Humanos.

Para nos adaptarmos aos tempos pandêmicos procuramos nos estruturar virtualmente. Como a criação de um canal no Youtube, na plataforma de calendário e organização online Trello onde todos que quisessem nos acompanhar para visualizar o que aconteceu e iria acontecer estava exposto lá e um grupo de Whatsapp para o grupo interno do Observatório para termos uma comunicação melhor.

Fizemos live quinzenalmente e todas foram disponibilizadas no nosso canal do Youtube.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado de toda a nossa ação não poderia ser outro, foi um sucesso. Apesar das dificuldades que nos acometeu e termos que reestruturar todo o projeto para que ele acontecesse online, provamos que é possível realizar um projeto de extensão 100% online. Tendo empenho e disposição, saber como organizar vimos que é possível sim. Para todos os envolvidos foi uma experiência nova e que trouxe resultados inesquecíveis. A forma respeitosa e atenciosa como lidamos com assuntos extremamente delicados e necessários foram elogiados por todos.

Os temas que escolhemos:



1. Meio Ambiente e Impactos das Ações dos Seres Humanos;
2. Gênero e Raça;
3. Live Extra: uma live Intercontinental entre Moçambique, Timor-Leste e Brasil;
4. Segurança Digital e Garantia de Direitos.

Foram perfeitamente contemplados. Todos os nossos convidados tiveram excelência nas apresentações. Como verão no vídeo, a nossa última live fez jus ao que estamos vivendo. Tratamos e fechamos nosso ciclo com bastante bagagem.

## **CONCLUSÕES**

Como já dito, a conclusão do projeto no ano de 2020 foi extremamente positiva. Os assuntos abordados assim como os grupos sociais envolvidos foram unânimes em nos elogiar e achou pertinente que em plena pandemia estávamos conseguindo realizar um projeto como o Observatório.

O que podemos destacar foi a experiência e a força que tivemos. Não foi nada fácil concluir no cenário que estávamos, tantas mortes e negacionismo ao nosso redor, ainda sim resistimos. É o legado que vamos levar, nossa resistência.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao Coordenador do projeto, o professor Daniel De Lucca, por todo empenho, envolvimento e incentivo durante o mesmo.

Agradecemos ao Arnaldo Santana, Osman Prince, Vladimir Sá e ao Mussa Jau por estarem conosco.

À professora Camila Tribess, que nos abraçou do começo ao fim, foi gratificante trabalharmos com a senhora.

Ao núcleo de Extensão, Arte e Cultura por fomentar projetos como este e peço-lhes que continuem o incentivo pois projetos como o Observatório podem mudar vidas.



Agradecemos a todos!

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). Recôncavo da Bahia. Sociedade e Economia em Transição. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1998

De Lucca, Daniel, "Direitos Humanos e Sociedade: apresentação de dossiê", Alabastro: revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP, São Paulo, ano 6, v. 1, n. 9, 2017, p. 7- 12

LAPA, Fernanda Brandão. Clínica de Direitos Humanos: uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

Hunt, Lynn, A invenção dos Direitos Humanos, São Paulo: Companhia das Letras; 2010.

Sansone, Lívio, "Um Contraponto Baiano de Açúcar e Petróleo: mercadorias globais, identidades globais?", 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, 2006.

\_\_\_\_\_, "Desigualdades Duráveis, relações raciais e modernidades no recôncavo: o caso de São Francisco do Conde" REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 234-251, dezembro/fevereiro 2005-2006.

Santos, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, M. de A. (org.). Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100.

Spengler, Fabiana Marion & Bedin, Gilmar Antonio (org.), Acesso à justiça, Direitos Humanos & mediação [recurso eletrônico], Curitiba: Multideia, 2013.

